

## **O CAMINHO DAS PEDRAS**

As medidas até agora anunciadas pelo governo português para conter o défice das contas públicas são essencialmente medidas de curto prazo (aumento do IVA, prolongamento da idade de reforma, etc.). Não trazem alterações estruturais. As medidas visam mostrar à União Europeia (UE) que o país está a fazer alguma coisa, no sentido de conter o seu buraco orçamental.

Há benefícios e custos associados a estas medidas. Como benefícios temos a UE acreditar no esforço do país e não nos colocar problemas com os fundos estruturais, por exemplo, nas negociações do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Ou seja, as medidas dão-nos força negocial, pelo facto de nos darem credibilidade. A credibilidade, a confiança, é também essencial para atrair o investimento estrangeiro. Mas as medidas também têm custos. Aumentar a pressão sobre as empresas no presente, numa conjuntura de recessão (quebra mundial da procura externa, choque petrolífero, fraqueza excessiva do dólar) é meio caminho andado para ter a seguir mais falências, desemprego e recessão. O governo português promete, todavia, uma reorientação da despesa pública, no sentido de haver menos despesa pública corrente e mais despesa pública em investimento útil. Investimento gerador de riqueza e de receitas fiscais (em vez de odes loucas), que ajudará a aliviar o défice, num prazo não muito longo. A ser verdade, está a seguir o caminho das pedras, no que refere à gestão da conjuntura.

A gestão da conjuntura no presente tem consequências sobre a estrutura da economia, nos momentos a seguir, no futuro. Uma boa gestão da conjuntura no presente tem de ser norteada por uma ideia de ‘porto a que se quer chegar’ e acompanhada por inerentes medidas estruturais (estruturantes). Concretamente, não é possível reformar o Estado sem explicitar o Estado pretendido e o caminho, as etapas que são precisas queimar,

para o atingir. Como diz e muito bem o Dr. Cadilhe, reformar o Estado custa dinheiro, não é *free lunch*. Usar o ouro para financiar a reforma do Estado não é uma ideia tola.

O Não francês ao Tratado da Constituição Europeia não tem de ser entendido como um Não à Europa. Na conjuntura de recessão mundial que atravessamos, a falência de umas empresas, a deslocalização de outras, o desemprego, a concorrência de novas potências económicas (caso da China) conduziu muitos dos franceses a votar Não ao Tratado. A rigidez do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que até há bem pouco tempo era estúpido (palavras de Romano Prodi), e a redução das missões do Banco Central Europeu ao objectivo de controlar a inflação (redução consagrada no Tratado) ajudaram à festa. O défice democrático da Europa completou-a (a eleição do presidente da Comissão deveria ser directa).

Portugal deve o que é hoje à Europa (no melhor dos sentidos). E tenho como certo que, na era da globalização, os países europeus têm mais hipóteses de sucesso juntos, a concertarem as suas posições no quadro europeu, do que separados. É preciso um novo Tratado? Seja!...

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Porto, 9 de Junho de 2005